

PCP REPUDIA

No distrito de Lisboa, à semelhança do panorama nacional, a generalidade das rodoviárias privadas de passageiros avançam com a aplicação de layoff, como já é o caso da Barraqueiro Transportes que inclui a Barraqueiro Oeste, Barraqueiro Alugueres, Boa Viagem, Mafrense, Frota Azul, Esevel, Estremadura, assim com a Scotturb ou a Rodoviária de Lisboa.

Estão a penalizar centenas de trabalhadores, que irão sofrer uma redução significativa dos seus salários, assim como penalizam a Segurança Social, suportada por quem trabalha, para proteger os seus milhões, depois de em muitos casos terem forçado férias neste período. Também em várias situações com atropelos à exigida auscultação das organizações representativas dos trabalhadores.

O layoff não é a alternativa aos despedimentos, como diz o Governo do PS, e como querem impor o PSD, o CDS, o Chega ou a Iniciativa Liberal.

Para piorar a situação, estão a ocorrer entendimentos diferenciados e abusivos da aplicação do layoff que resultam sempre em prejuízo dos trabalhadores. O pagamento da retribuição dos trabalhadores que estão em layoff tem como referência mínima a retribuição ilíquida, e não exclui nenhuma rubrica! Aos trabalhadores que entretanto voltam a ocupar o seu posto de trabalho, terão de ser pagos de acordo com o seu contrato colectivo, como sempre foram! Não podem aumentar as jornadas de trabalho aos que se mantêm na empresa. E não podem ver nenhum pagamento reduzido! O caso de aplicação de layoff ainda se torna mais flagrante quando a Autoridade Metropolitana de Lisboa pagou às operadoras da mesma forma, mesmo com a diminuição de passageiros.

O PCP defende que as respostas necessárias aos problemas económicos e sociais que decorrem neste contexto de combate ao surto epidémico passam pela proibição de todos os despedimentos (incluindo aqueles por via da cessação de contratos) e preservação do emprego, pela garantia do pagamento integral dos salários, fundamental para manter a economia a funcionar e combater a degradação da situação económica, mobilizando para tal, os lucros e o património acumulado pelos accionistas ao longo de anos, bem como os recursos públicos que sejam necessários (que não os da Segurança Social) para garantir esses objectivos.

NAS RODOVIÁRIAS PRIVADAS DE PASSAGEIROS OS TRABALHADORES PERDEM E AS EMPRESAS PROTEGEM OS SEUS LUCROS !!

O PCP apresentou as seguintes medidas, entre outras:

- a consideração da COVID 19 como doença profissional nos casos dos trabalhadores de serviços essenciais e***
- o pagamento aos trabalhadores dos serviços essenciais de um suplemento remuneratório por risco correspondente a 20% da remuneração.***

Estas propostas foram chumbadas com o voto contra do PS, PSD e CDS-PP e a abstenção do Chega e da Iniciativa Liberal.

Medidas como o layoff, longe de servirem os trabalhadores, os seus salários e direitos, asseguram outrossim os lucros de grandes empresas e grupos económicos. O PCP lembra que tudo seria diferente se não tivesse ocorrido o desmembramento e posterior privatização da empresa pública *Rodoviária Nacional*.

Não teríamos neste momento o sector nas mãos de empresas privadas como a Barraqueiro a quem o Governo permite acumular juro, receberem ajudas do Estado à menor dificuldade e penalizarem os trabalhadores como o caso presente do layoff simplificado, tratamento diferencial prestado sempre aos patrões privados.

O PCP, solidário com os trabalhadores, apela a que se unam, resistindo e lutando contra este ataque aos seus direitos. O patronato só não irá mais longe se lhe for travado o passo, com a unidade de quem é insubstituível, os trabalhadores!

O PCP estará sempre ao seu lado nesta luta!

RESISTE E LUTA!

O Sector dos Transportes - Lisboa
sector.transportes@dorl.pcp.pt

consulta mais em www.pcp.pt